

GEOGRAFIA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA ENTRE 2016 A 2022

Ana Nívea Rodrigues Lima¹
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma discussão inicial sobre a geopolítica no Brasil e suas relações no ambiente escolar, analisando o contexto político brasileiro contemporâneo, destacando conflitos e disputas que agravaram a dicotomia política na sociedade. Dessa forma, foi realizada a revisão da literatura acerca do espaço geográfico político, tendo como principais aportes teóricos: Santos (2007), Castro (2013), Morais (2021) e Malheiro (2022) para contextualizar a cidadania, a construção da Geografia e Política, a história política recente do Brasil e as bases espaciais do "bolsonarismo", conceito utilizado por Malheiro (2022). O trabalho enfatiza a necessidade de compreender a interação entre o espaço geográfico e as dinâmicas políticas para uma análise do cenário brasileiro.

Palavras-chave: Geografia Política, Cidadania, Política.

INTRODUÇÃO

O contexto político brasileiro no período de 2016 a 2023 se configura por conflitos e disputas, que se intensificaram com acontecimentos que se agravaram na sociedade. Como exposto por Santos (2007, p. 151) “a sociedade civil é, também, território, e não pode definir fora dele.” Desse modo, a Geografia, enquanto ciência que estuda o espaço geográfico e suas relações, este espaço que é político e de conflitos, tem suma importância para analisar a Geografia Política brasileira, visto que essa não pode ser analisada sem considerar a territorialidade. As discussões teóricas acerca da Geografia Política brasileira, como Lacoste (2003) e Castro (2013) possibilitam discussões e reflexões, como as contribuições atuais de Malheiros (2022).

É importante destacar o que Castro (2013, p. 49) expõe: “[...] não pode haver geografia política que não incorpore a política.” O termo política, então, precisa ser compreendido

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: nivea.rodrigues@aluno.uece.br;

² Professora dos Cursos de Geografia da UECE. Coordenadora do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEGEO) e Coordenadora de Área do PIBID/Geografia/UECE. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO) da UECE. E-mail: tereza.vasconcelos@uece.br

enquanto fundamento das normas socialmente estabelecidas a fim de controlar o conflito de interesses, ambições, escolhas etc. É da complexidade da atualidade, da aceleração dos tempos e ritmos, em diferentes escalas, do movimento variado de fenômenos que a Geografia, enquanto ciência, extrai sua temática (CASTRO, 2013).

Através desse viés, este artigo busca tecer reflexões iniciais sobre a Geografia Política contemporânea brasileira do período de 2016 a 2022, dialogando com autores (as) que discutiram sobre a Geografia Política e cidadania.

O Brasil passou por um processo de golpe, em 2016, que culminou no afastamento da ex-presidente Dilma Vana Rousseff (PT) da presidência da república. Tratou-se de um projeto político para eleição de um governo neofascista. É necessário entender que o fascismo original "é um movimento reacionário de massa enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas." (BOITO, 2021, p. 5) Neste fascismo original tinha composição de pequenos proprietários, a pequena burguesia, no entanto, no neofascismo brasileiro contemporâneo, a sua base é composta pela classe média e alta classe média, que criticam a corrupção em uma perspectiva conservadora e autoritária, assim como, oposição ao sistema parlamentarista. É importante salientar ainda que o neofascismo pode surgir de uma classe específica, mas tem impactos que ultrapassam sua origem de classe. (BOITO, 2021)

O projeto político para eleger um governo neofascista no Brasil foi continuado com a prisão política do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estes fatores influenciaram na eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), que desenvolveu um governo neofascista. É, nesse sentido, que buscou-se analisar nesse artigo, os reflexos desses atos políticos na sociedade, que se manifestaram com violência buscando compreender a contribuição da Geografia para análise desses fatores.

O referencial teórico contribuiu, principalmente, para entender as configurações desse processo. Neste sentido, buscou-se uma contextualização dos conceitos de cidadania e cidadão utilizados por Santos (2007); o arcabouço teórico da construção da Geografia Política por Castro (2013); a contextualização da história política de Lula e dos principais acontecimentos que resultaram na forte dicotomia política atual por Moraes (2021); e a análise das bases espaciais que sustentam o "bolsonarismo" por Malheiro (2022).

O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender a interação entre o espaço geográfico e as dinâmicas políticas no Brasil no período de 2016 a 2022 para uma análise do cenário brasileiro. Logo, o presente trabalho está dividido em 02 (duas) partes: discussão acerca do

espaço geográfico e a política; e a Geografia Política no Brasil de 2016 a 2022 e seus reflexos na sociedade.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E AS DINÂMICAS POLÍTICAS

A priori cabe se entender a forma de organização política da sociedade e a Geografia Política, na qual buscou-se analisar, primeiramente, a partir das contribuições de Castro (2013). Segundo a autora, o campo da Geografia Política está na relação entre a política, entendida enquanto “expressão e modo de controle dos conflitos sociais”, e o território “base material e simbólica da sociedade” (CASTRO, 2013, p. 79).

Visto que não é possível distanciar a Geografia e a Política, as sociedades organizam seus territórios de maneira a melhor atender seus interesses. Isto é, o espaço geográfico não pode ser dissociado da política, pois o mesmo é um espaço político e de conflitos e, por essa razão, são necessárias normas para garantia de seu controle.

Por muitos anos, a difusão da Geografia enquanto disciplina acadêmica e ciência se entrelaçaram com uma visão imperialista, objetivando o auxílio dos estudos geográficos a serviço de sua expansão (CASTRO, 2013). Portanto, a Geografia teve papel importante para o progresso econômico na Europa Ocidental.

Nesse sentido, Lacoste (2003, p. 53) expõe que “durante séculos, o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos esteve, em grande parte, estreitamente ligado unicamente às necessidades das minorias dirigentes.” Portanto, por muito tempo, a Educação foi um privilégio das classes que estavam no poder e, com isso, elas aumentavam seu poder (LACOSTE, 2003).

Durante a história, com guerras e disputas entre povos e nações, o fator conhecimento, em todos os campos de estudos, sempre esteve relacionado com a dominação, que representa um forte recurso do poder entre sociedades, Impérios ou Estados. Diante disso, a Geografia passou por diversas transformações durante o período de expansão territorial imperialista, tensões intelectuais e políticas isolaram geógrafos e ideias, impactando na construção de confrontos e críticas das ligações da Geografia ao Império.

Entretanto, até a segunda metade do século XX, a institucionalização da Geografia foi realizada com a separação dos problemas do imperialismo. Não obstante, isto resultou na construção de uma disciplina de complexas raízes políticas, com ausência de reflexões críticas sobre seu contexto histórico enquanto ciência e disciplina, o que irá modificar-se posteriormente (CASTRO, 2013).

Vale salientar que há impasses que impossibilitaram uma Educação geográfica crítica, visto que a disciplina poderia estimular um sentimento nacionalista, isto é, a lealdade e orgulho a pátria, resultando, em muitas vezes, em uma visão deturpada dos fatos históricos a favor de uma nação. Todavia, Castro (2013) destaca que muitas ciências sociais que nasceram no século XIX estiveram à serviço do imperialismo, não sendo uma exclusividade da ciência geográfica.

Através desse viés, Castro (2013, p. 81) destaca que “nas últimas décadas do século XX a disciplina precisou responder aos desafios dos fenômenos em escalas múltiplas.” É diante desse cenário que o fenômeno da globalização causou reflexões aos (as) geógrafos (as), ora devido suas novidades em diversas proporções, ora devido à complexidade das questões incorporadas em diferentes escalas territoriais e temporais.

A globalização é, segundo Santos (2003, p. 23) “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Para o supracitado autor, é fundamental considerar: o estado das técnicas e o estado da política para a compreensão do fenômeno da globalização. Na primeira década do século XXI, Santos (2003) já analisava que o representativo do sistema de técnicas da época era a técnica da informação, através da informática, dos meios eletrônicos e cibernéticos. Não obstante, nas conjunturas atuais esse sistema técnico ainda prevalece fortemente.

A técnica da informação é importante para compreender sobre o uso do tempo, em que, em todo o mundo, ocorre uma simultaneidade das ações e momentos. Portanto, é uma técnica que envolve todo o planeta e, sua presença é sentida de forma síncrona, ocorrendo uma unicidade do tempo e dos momentos vividos (SANTOS, 2003).

Nessa perspectiva, no mundo globalizado os acontecimentos em escala local têm consequências diretas dos fatores globais. É, neste sentido, que Castro (2013), pontua a teoria de sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein, a “nova geografia política”, como uma estrutura que tem como objetivo situar a nação-Estado, analisando a importância do estudo das políticas locais para análise dos contextos globais. Dessa forma, os fenômenos políticos não estão restritos a uma ou outra escala, mas estes precisam ser analisados através de escalas globais, nacionais, regionais e locais.

Diante do exposto, a Geografia explicita que os interesses sociais não são dissociáveis do território, pois residem fatores importantes para a natureza do sistema político. Num desses fatores está o (a) cidadão (ã), em que, a representação política, desde sua origem tentou incorporar o (a) cidadão (ã) e seu espaço vivido, o seu território. É importante destacar sobre o conceito de território e sua relação com o espaço. Conforme Raffestin (1993, p. 143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço [acréscimo do autor].

Dessa forma, o território se produz a partir do espaço, marcado por relações de poder que o estabelecem, exercida por pessoas e grupos em relações no território (RAFFESTIN, 1993).

Cabe salientar que, ao falarmos de cidadão (ã), este (a) não pode estar dissociado (a) do seu território, visto que sujeitos não são os mesmos em espaços diferentes. O espaço em que este está inserido influencia em sua cidadania.

Nesta discussão, Santos (2007) analisa que o espaço vivido é consagrado com desigualdades e injustiças que resultam, em sua maioria, em um espaço sem cidadãos. Isto é, apesar de todos os indivíduos brasileiros terem direitos fundamentais à vida garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, estes não se efetivam a depender do espaço onde o sujeito está inserido, sendo um cidadão em um bairro nobre, de uma forma, enquanto o cidadão da periferia, muitas vezes, nem é um cidadão: “O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não têm o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total.” (SANTOS, 2007, p. 112-113).

Desse modo, homens e mulheres têm seu valor a depender do lugar em que estão, seus valores enquanto cidadãos (ãs), depende do seu território, da sua localização no espaço. Não sendo possível, portanto, dissociar a interpretação da representação eleitoral e das classes sociais e dos aspectos da cidadania, sem analisar o território.

É, nesse viés, que Castro *et al.* (2013, p. 13) afirma “[...] conflitos, disputas, acordos que animam a vida política em geral e o ambiente democrático em particular adquirem sua melhor expressão e visibilidade no espaço, assim territorialidade da política é inegável.” Diante do exposto, a territorialidade está fortemente atrelada à democracia, pois sendo esta uma forma de governo, está diretamente ligada a sociedade e território, no qual, suas extensões são refletidas nas dinâmicas sociais estruturais (CASTRO *et al.*, 2013).

GEOGRAFIA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Atualmente a representação política se estabelece entre os cidadãos de um território nacional e os seus representantes. Estes representam o corpo legislativo brasileiro, composto

pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas Estaduais e as câmaras municipais de vereadores. Conforme Castro (2013), esta representação política, as eleições e a democracia são interdependentes.

Diante do exposto, Castro (2013) irá chamar de Geografia eleitoral a compreensão de como a organização do espaço pode influenciar na decisão do eleitor ao votar. Dito isso, a autora defende que o voto pode ser explicado através do espaço. Afinal, as disputas eleitorais e políticas, estão, principalmente, vinculadas aos territórios, que possuem sujeitos sociais, trabalhadores, que lutam para tornarem-se parte efetiva da política. Isto pode ser analisado com contribuição de Milton Santos quando este afirma que:

A organização política e a organização territorial da nação não podem ser consideradas como dados separados, mas devem ser pensadas unitariamente, como uma organização político-territorial que necessita ser idealizada pra fornecer resposta adequada às grandes opções nacionais, tanto no plano externo como no plano interior (SANTOS, 2007, p. 137).

Para entendermos a política atual no Brasil é necessário analisar a prisão do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), uma das maiores figuras políticas da história do país, conforme Morais (2021). Em 2018, o juiz Sérgio Fernando Moro decretou a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), acontecimento que consagraria Sérgio Fernando Moro como líder de, como chamado por Morais (2021) um “terremoto político”, iniciado 04 (quatro) anos antes com o golpe da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff (PT), que atualmente³, fora anulada das acusações que os fizera sair da presidência. Cabe salientar o processo de golpe de Dilma Vana Rousseff (PT) nesta discussão, no qual deu início do que se transformou em uma “onda” de intolerância política. A forte dicotomia entre os que eram a favor da saída da ex-presidente e os que respeitavam as eleições de 2014 resultava em um desrespeito à opinião política do outro que, em alguns casos, culminava em violência.

Faz-se importante ressaltar sobre o conceito de violência. Esta, segundo Freitas (2003) trata-se de uma prática que é exposta na sociedade a partir das relações sociais e políticas e, portanto, não deve ser considerada a partir de uma única visão, pois a depender do espaço em que o indivíduo está inserido a violência se estabelece de uma forma.

³O Tribunal Regional Federal Da Primeira Região (TRF1) no dia 21/08/2023, absolveu Dilma Rousseff das acusações de “pedaladas fiscais”, declarando que não foram encontradas ilegalidades no processo, as pedaladas foram o principal motivo que ocasionou no golpe contra a ex-presidenta. Logo, o TRF1 inocentou Dilma das acusações. (EX-PRESIDENTA, 2023)

É importante entender também sobre intolerância que segundo Sarmiento (2006, p. 54-55) pode ser resumida em “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivada por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental ou orientação sexual, dentre outros [...]”

Dessa forma, durante as votações na Câmara e no Senado para aprovação do golpe da ex-presidenta, ocorreram casos de violência verbal entre políticos, somados com insultos e ataques à ex-presidenta, assim como entre os que estavam de lados diferentes na votação. Diante deste cenário, alguns casos resultaram em violência física, sendo necessária a implantação de uma separação física com o intuito de separar os favoráveis e contrários à decisão que discutiam a todo instante (RIBEIRO; FUKS, 2019).

Em 2018, ocorreu a Operação Lava Jato liderada pelo juiz Sérgio Moro que já havia prendido sujeitos políticos vinculados aos processos. No entanto, seu maior ato estava prestes a acontecer, com o mandado de prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Aliado a propagandas de que estaria sendo um “super herói” nacional, Moro trilhava uma luta contra a “corrupção” do país (Figura 1).

Figura 1 - Juiz Sérgio Moro sendo aclamado em capa de revista



Fonte: Veja (2015)

Através dessa perspectiva, Santos (2007, p. 30) analisa que:

[...] Uma visão mais abrangente das coisas e dos fenômenos acaba por ser negada aos cidadãos comuns, e vista da concentração da mídia, da sobrecarga de informações irrelevantes e da tendência a apenas ampliar certos aspectos da realidade, cuja escolha para a exibição pública é, com frequência, ligada ao mundo da política e dos interesses.

Dessa forma, Moro estava sendo protagonista na “luta contra a corrupção”. A imagem de alguém que pode acabar com a corrupção, esta que é para muitos brasileiros, o maior impedimento das conquistas dos cidadãos, fez com que a população acreditasse que estava conquistando algo em prol da democracia e dos direitos dos cidadãos. Santos (2007) retrata um conceito chamado Populismo em que:

O populismo paralisa a ampliação da consciência possível, reforçando a emotividade desviada. Num país onde os mínimos materiais e imateriais necessários a uma vida decente ainda estão longe de ser atingidos e onde a criação de falsas necessidades é um fato de todos os dias, há sempre algo a conquistar e, assim, sempre há aparência de conquista, tornando precária a reelaboração da personalidade em vista do novo. (SANTOS, 2007, p. 96)

Através disso, o caminho traçado desde o golpe de Dilma Vana Rousseff (PT) consagrou a ascensão da extrema direita à presidência, com o governo de Jair Messias Bolsonaro (PL). O fenômeno da dicotomia política, isto é, a divisão de grupos por vieses políticos diferentes, causada pela extrema direita, resultou em uma forte onda de intolerância política, onde mais veemente as pessoas não têm medo de praticarem atos ofensivos e violentos contra quem pensa diferente.

Malheiro (2022) analisa dados e mapeamentos que mostram a extensão que o bolsonarismo se revela. No entanto, o autor citado não tratou somente de localizar geograficamente este fator, mas buscou uma análise dos processos espaciais e geográficos que o fundamentam. A priori, cabe entender o que Malheiro (2022) entende enquanto bolsonarismo. Para o supracitado autor, não se trata de um resumo à família Bolsonaro, mas, sim, um conjunto de pensamentos, comportamentos e discursos. Trata-se, portanto, de uma maneira de ver o mundo, através de bases espaciais concretas e, não obstante, é um projeto de hegemonia.

Diante do exposto, durante as eleições presidenciais de 2018, Malheiro (2022) evidencia que ocorria uma relação direta entre a expansão das *commodities* e o aumento das intenções de voto em Jair Bolsonaro. É, nesse sentido, que a relação entre a vitória do candidato de extrema direita e a expansão do gado, da soja e etc no país, não se tratava apenas de um processo econômico, mas, também, um processo político que sustentaria uma cadeia de violação e mercantilização da vida, oriundas de um núcleo de negócios, principalmente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do agronegócio. Isso resultou no fortalecimento de uma visão que impõe a natureza como obstáculo frente a ampliação do agronegócio, o garimpo ilegal, o desrespeito ao diferente, a violência às diferenças e aos meios sociais, tudo em defesa da ampliação da propriedade privada. O governo bolsonarista, segundo Malheiros (2022), intensificou um capitalismo voltado à lógica da acumulação por espoliação, transformando bens coletivos em acumulação privada.

Para Malheiros (2022) os dados de desmatamento em municípios amazônicos durante o governo Bolsonaro e a porcentagem da vitória do presidente nos 9 (nove) dos 11 (onze)

municípios líderes no desmatamento elegeram o representante da extrema-direita, alguns deles são:

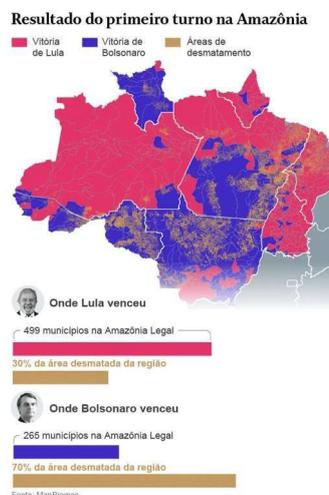
Tabela 1 – Desmatamento e porcentagem de votos dos municípios amazônicos no segundo turno das eleições de 2022 para a presidência da República brasileira.

Município	Área desmatada (em km ²)	% de Votos em Bolsonaro no 2º turno	Eleição representante da extrema direita
Altamira (PA)	798,2km ²	62,48%	Sim
São Felix do Xingu (PA)	608,28km ²	66,58%	Sim
Porto Velho (RO)	449,66km ²	64,63%	Sim

=Fonte: adaptado de Malheiro (2022).

Desta forma, o levantamento aponta que os 265 municípios que elegeram o representante da extrema direita, representam 70% da área sofrida com o desmatamento, conforme ilustrado na figura 2. (MALHEIRO, 2022) Diante do exposto, não se trata meramente de uma coincidência, mas de uma proposta econômica e de governo que se estabelecia e ganhava forças.

Figura 2 - Mapa eleitoral e o desmatamento ilegal na Amazônia.



Fonte: Couto *et al.* (2022)

Malheiro (2022) buscou uma análise cartográfica, com dados estatísticos sobre os assassinatos por conflitos agrários e sua relação com os votos em Jair Bolsonaro. Rondônia é o estado com maior número de assassinatos agrários, em que Jair Bolsonaro venceu com 70,66% dos votos no segundo turno. É, diante disso, que Malheiro (2022) afirma que o bolsonarismo adota, por natureza, a premissa de que a expansão de uma atividade econômica nega a complexidade territorial do lugar em que será inserida. Vale salientar que a sociedade:

[...] também é ideologia, cultura, religião, instituições e organizações formais e informais, território, todas essas entidades sendo forças ativas. O econômico pode parecer independente em seu movimento, mas não o é (SANTOS, 2007, p. 122).

Malheiro (2022), define o modelo do bolsonarismo enquanto um capitalismo de guerra, que, segundo ele, tem como princípio retirar tudo e todos que estão no caminho para o seu sucesso, não sendo fator relevante a violência, mas os mecanismos e estratégias para mantê-lo. (MALHEIRO, 2022)

É, diante desse cenário, que é importante destacar o impacto da violência com as diferenças e os meios sociais, causados pela influência de um governo que nega a existência de problemáticas sociais, dos espaços e territórios distintos. Dessa forma, muitos eleitores foram influenciados por uma alienação, do bolsonarismo, do capitalismo de guerra, que os fez identificarem somente uma separação com os diferentes e não os fatores que os une. É neste sentido que Santos (2007, p. 30) afirma que “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

Diante da discussão acima, estes complexos fatores políticos têm reflexos na sociedade, onde as pessoas passaram a se sentir “confortáveis” em realizarem insultos e agressões a quem pensa divergente. Portanto, a sociedade se estabelece enquanto um território, de conflitos, disputas e tensões. Nesse sentido, têm-se na Educação um dos caminhos para o desenvolvimento da cidadania dos indivíduos, permitindo que estes compreendam seu espaço no mundo e as dimensões políticas que este representa. Cavalcanti (1999, p. 44), afirma que “[...] cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos, ampliar outros.”

Ademais, o território tem influência na democracia, nos aspectos da violência e na cidadania, visto que se estabelecem de forma distinta de acordo com o espaço. Conforme Castro (2013, p. 199) “a cidadania tem uma forte dimensão espacial, o que a torna uma questão também para a geografia.”

Cabe ressaltar ainda que “[...] a cidadania é mais que uma conquista individual.” (SANTOS, 2007, p. 103) É necessário, portanto, transformar uma ação individual em coletiva. Logo, é necessário que os grupos da sociedade entendam suas lutas e encontrem em seus coletivos semelhanças para lutarem juntos. Somente assim, é possível forças para a luta de uma real cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das reflexões realizadas, considera-se que, a Geografia é um campo de estudo que não pode estar desvinculado da política, esta é importante para entender fatores da sociedade. A cidadania, por sua vez, necessita ser reivindicada para que se torne efetiva e, por muitas vezes, é vista enquanto somente um horizonte ético estabelecido em leis, mas que não se concretizam. De fato, há uma dificuldade de efetivação dos direitos fundamentais no Brasil. O que nos fez refletir que há espaços sem cidadãos, visto que o território é fator determinante para ser um cidadão ou não, isto é, o lugar em que se está inserido determina suas condições de cidadania.

A conjuntura política brasileira é complexa, com uma série de fatores que passaram desde o golpe da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff (PT), da prisão política do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), até a eleição de um governo da extrema direita, como foi o caso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Este que possui uma forma de governo baseando-se em um “capitalismo de guerra” (MALHEIRO, 2022), em que não possuem empecilhos para conquistar a expansão dos interesses do capital. Isto inclui, por muitas vezes, a vida e direitos das pessoas em troca de uma política que favorece a uma pequena parcela da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BOITO JUNIOR, Armando. 2021. O caminho brasileiro para o fascismo. **Cadernos CRH**, vol. 34, p. 1-23. DOI: 10.9771/CCRH.V34I0.35578. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CSKYLS49WkF4Zr7fnFJTMmm/?format=pdf> Acesso em: 05 out. 2023.
- CAVALCANTI, L. de S. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar - Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 41-55, 1999. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123346. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123346>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (orgs). **Espaços da democracia: para uma agenda da geografia política contemporânea**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- COUTO, Marlen. et al. Bolsonaro venceu nas cidades mais desmatadas da Amazônia no primeiro turno; veja o mapa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 out 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/bolsonaro-venceu-nas-cidades-mais-desmatadas-da-amazonia-no-primeiro-turno-veja-o-mapa.ghtml> Acesso em: 19 set. 2023.

EX-PRESIDENTA, Dilma Rousseff é inocentada na ação sobre “pedaladas fiscais”. **Central Única dos Trabalhadores Brasil**, 23 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/ex-presidenta-dilma-rousseff-e-inocentada-na-acao-sobre-pedaladas-fiscais-6f6e> Acesso em: 31 ago. 2023.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência**: Narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

LACOSTE, Yves. A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução Maria Cecília França. 7ª. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

MALHEIRO, Bruno. **Geografias do Bolsonarismo**: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé religiosa no Brasil/Prefácio Rogério Haesbaert. rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2022.

MORAIS, Fernando. **Lula**: Biografia: Volume 1. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Volume. 23. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mario. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, n. 3, p. 531-555. set/dez. 2019. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1807-01912019253531> Acesso em 10 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

SARMENTO, D. A liberdade de expressão e o problema do “hate speech”. **Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 2006. Disponível em:
<https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosupload/4888/material/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf> Acesso em: 09 abr. 2023